

NA PROFISSÃO DO TRADUTORES/INTÉRPRETE DE LIBRAS (TILIBRAS): CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE

Genivaldo Oliveira Santos Filho¹
Instituto Pedagógico da Educação dos Surdos de Sergipe – IPAESE

Rozilda Ramos dos Santos Oliveira²
Valore e LTDA

Leoni Ramos Souza Nascimento³
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Liana Maynard Garcez Silva⁴
Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos - APADA-SE

Eixo: Tradução/interpretação de língua de sinais: identidades em questão

RESUMO:

Os TILIBRAS são os responsáveis pela comunicação entre os falantes de uma língua (no caso, a LIBRAS) e de outra língua (no caso, o Português). No contexto de sala de aula, que seja do ensino fundamental seja do ensino médio e até no ensino superior, eles constituem um intermediador de comunicação entre aluno (s) surdo(s), aluno(s) ouvinte(s) e professor (surdo ou ouvinte). Assim, a ausência desse profissional atrasa o desenvolvimento dos alunos surdos, pois estes perdem informações e discussões que acontecem em sala de aula e conseqüentemente não compartilham das atividades acadêmicas de modo adequado. Neste contexto em viver entre dois mundos, o TILIBRAS encontra-se misto, pois além de absolver as duas culturas, também a sua identidade ficam em transformação, suas identidades acaba sendo influenciada com a convivência diária com o sujeito surdo. Afinal, o homem é respectivamente fundador e fruto da cultura e identidade, a qual ele pertence. Contudo é função da educação conduzir essa imagem, estabilizando-a com o ensino dos conhecimentos e comportamentos. E o que é cultura? O que é Identidade? O estudo em questão se propõe a discutir a presença da identidade Tradutor Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – TILIBRAS – no processo de educação dos surdos. Neste contexto, a educação tem convocado este profissional, sem conhecer a sua identidade em cena. Poucos são os trabalhos que se

¹ Graduado em Letras/Português. Pós-graduado Lato Senso em LIBRAS. Proficiência em Tradução/intérprete de Libras e Uso e Ensino de Libras Ensino Superior (PROLIBRAS). Intérprete no Tribunal de Justiça de Sergipe. Dr. honorário em Defensor Direitos Humanos. Presidente da AILES - Associação dos Interpretes de LIBRAS de Sergipe. E-mail: grlibras@hotmail.com.

² Graduada em Letras/Português. Pós-graduada Lato Senso em LIBRAS. Proficiência de Uso e Ensino de LIBRAS, Nível superior (PROLIBRAS). Intérprete no Tribunal de Justiça de Sergipe e Programa Câmara em Ação (TV ATALAIA). Associada da AILES - Associação dos Interpretes de LIBRAS de Sergipe. Dr^a Honorária em Direitos Humanos. E-mail: rozildaramos@hotmail.com

³ Graduado em Letras/LIBRAS-Licenciatura, pela Universidade Federal de Santa Catarina, polo Universidade Federal da Bahia. Professor Substituto da Universidade Federal de Sergipe. Tradutor/Interprete de LIBRAS da Universidade Federal de Sergipe. Pós-graduando em LIBRAS: Educação Inclusiva, Faculdade São Luís de França. E-mail: leoniramos@hotmail.com

⁴ Formada do curso de Pedagogia da Faculdade Atlântico. PÓS-GRADUADA em LIBRAS pela Faculdade Pio decimo. lianamaynard@gmail.com.

ocupam em refletir sobre TILIBRAS e quando acontecem são escritos por teóricos da educação que examinam o assunto dos Estudos Surdos para os Estudos Culturais. Desse modo, o tradutor intérprete tem a atribuição de mediar a comunicação entre o aluno surdo, o professor e equipe pedagógica, garantindo a plena participação do educando no processo de ensino e aprendizagem. Tomamos como base para a fundamentação teórica deste estudo, pesquisadores de destaque no contexto em questão: em primeiro a de Hall (2004) que elucida a identidade em geral, Quadros (2004), Perlin (2006, 1998), e Santos (2006) que trazem reflexões sobre a cultura e identidade surda. Em meio à diversidade do trabalho do TILIBRAS na sala de aula inclusiva, esse profissional traz uma identidade híbrida.

PALAVRAS-CHAVE: TILIBRAS. Tradutor Intérprete. Identidade.

INTRODUÇÃO

A inclusão do Tradutor Intérprete da Língua Brasileira de Sinais TILIBRAS permanente de atualização do seu exercício nos campos trabalhistas para, especialmente, a demanda escolar contemporâneo. São relevantes as reflexões sobre o conhecimento tanto da inclusão, quanto do marco legal do TILIBRAS e contribuí-lhes para se desenvolverem como intermediadores culturais com o objetivo de organizarem-se para o trabalho da coletividade. Verifica-se também que os surdos colaboram diretamente para que esses profissionais fossem hoje regulamentado ante a sociedade, a família e a comunidade. Neste contexto conheceremos a apreciação de ações que poderão constituir conhecimentos de melhorias para a inclusão do TILIBRAS. Essas ações também podem contribuir para novas pesquisas sobre a inclusão e a identidade em cena do TILIBRAS, pois é necessário sempre cultivar novas ideias para futuras transformações.

Como procedimento metodológico, fizemos uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico. Expusemos algumas narrativas de alguns teóricos a exemplo de: Hall (2004) que elucida a identidade em geral, Quadros (2004), Perlin (2006, 1998), e Santos (2006) que trazem reflexões sobre a cultura e identidade surda e outros autores que demonstra a importância da formação do TILIBRAS.

MOTIVAÇÃO E ESTADO DA ARTE

A Declaração de Salamanca (1994, *apud* BRASIL, 2006) foi um marco para estimular a inclusão educacional. É um documento internacional firmado por diversos países, até mesmo o Brasil, e teve como objetivo não aceitar nenhum aluno fora do ensino regular, desde o começo da escolarização. Com isso, o poder público pôs o TILIBRAS na sala de aula onde há surdos matriculados, almejando, assim, propor tática para cultivar a ideia de que a educação

do surdo deve ser disponibilizada no ensino regular com a garantia ao surdo da aquisição dos conteúdos escolares na sua própria língua (QUADROS, 2004). Na educação brasileira é normal a luta pela inclusão, pois se têm desenvolvido leis e decretos amparando e regulamentando o ensino de qualidade acessível para todos. O decreto nº 5.626/2005 (*apud* BRASIL, 2006) regulamenta a lei nº 10.436/2002 (*apud* BRASIL, 2006), dispõe sobre o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – e assevera o direito dos surdos de comunicar-se em sua língua, no caso a LIBRAS. Após o Decreto 5.626/05, o Ministério da Educação – MEC – instituiu uma proposta de formação de TILS bem característica, na qual os professores da rede regular de ensino transpõem por uma capacitação intitulado-se “professores-intérpretes”. O desempenho resultará em posições distintas, quando “professores-intérpretes” estiver desempenhando a função de docente em um turno, no turno contrário precisará praticar a função de intérprete no comparecimento de outro docente. O processo de reconhecimento profissional no Brasil inicia no ano de 2005, quando o Decreto 5.626 regulamenta a Lei de LIBRAS. Nesse Decreto continua a ser conhecida a presença desse profissional no âmbito educacional em todos os níveis. No entanto, apenas no ano de 2010 tal fato concretiza-se através Lei 12.319 de 1º de setembro. Este é um avanço tanto para o profissional intérprete, que conquista gradativamente espaços, quanto para o discente surdo, que passa a enfrentar uma barreira a menos ao cursar o ensino fundamental ao ensino superior público/privado.

A inserção do TILIBRAS na escola inclusiva tem levantado vários questionamentos. Esses questionamentos são apresentados por QuadroS (2004) da seguinte forma: professores de surdos são TILIBRAS? As pessoas ouvintes que dominam a Língua de Sinais – LS – são TILIBRAS? Os filhos de pais surdos são TILIBRAS? O TILIBRAS é aquele profissional que faz a intermediação entre os falantes (ou ouvintes, ou surdos). O complexo trabalho do TILIBRAS pode ser definido como uma situação embaraçosa: de um lado impedir o modo de ser de uma cultura, reproduzindo vocábulos e translações que a ela (a língua) pertencem, e de outro infligir ao texto a ser traduzido a maneira de ser de sua própria cultura, encobrindo costumes e evidências que dão vida e especificidade a língua alvo. Com isso, a identidade do TILIBRAS é apresentada através do ato interpretativo, pois requer desse intermediador competência e habilidade, principalmente por causa da especificidade das línguas envolvidas. Nesse processo de intermediação os “[...] costumes, expressões, culturas, representações sobre as diferentes formas de entender a sociedade, as escolhas das palavras adequadas na

intepretação e vocábulo que está sendo utilizado” (SANTOS, 2006, p. 31) são os principais fatores que influenciam o ato interpretativo do TILIBRAS.

A identidade de acordo com Perlim (1998) é algo em debate, em construção; uma construção móvel que frequentemente é modificado ou estar em movimento e empurra o indivíduo em diversa posição. A mesma autora aborda que elementos culturais mais conhecidos, no qual colocamos a seguir: identidade surda; diferença; Língua de Sinais – LS; poder. A identidade possui diversidade de conceitos, devido às áreas de conhecimento que acontecem: na sociologia; na antropologia; na medicina; na fisiologia; no Direito.

A autora Strobel (2008) expõe a seguinte preocupação: os surdos tem cultura? E afirma que a cultura surda é entendida como o jeito de ser surdo, de entender o mundo, transforma-lo e possui percepção visual para a conciliação com a identidade surda. Como também a mesma autora distingue a diferença entre a comunidade surda e povo surdo. Ao encontro de Strobel, a autora surda Perlin (2004) afirma que as identidades surdas surgem por intermédio das representações da cultura surda. A autora Strobel (2008) apresenta oito artefatos culturais da pessoa surda, mas os artefatos culturais linguísticos as LIBRAS que os surdos conquistaram o espaço no Brasil.

Quando aprendemos uma língua, também absolvemos a cultura e identidade. Sendo assim, quando o TILIBRAS é inserido em um grupo de surdo, isso “[...] significa adquirir, saber ter fluência na LS e no português, ter postura ética e estar inserido nos espaços onde os surdos transitam, pois esses elementos são primordiais para pertencer a esse grupo” (SANTOS, 2006, p. 31). Conforme Santos (2006) aqueles que passam pelo processo de aquisição da LS para serem ILS, teve contato com adultos surdos que durante o processo de aprendizagem das L2 desenvolvem habilidades e estratégias na expressão da LS.

Em seus estudos, Perlin (2006) afirma que os TILIBRAS voltam para casa. Esse profissional, não surdo, segundo a autora, atendem um hibridismo, pois os TILIBRAS levam consigo a fundamentação linguística, sociais, culturais de ambas as línguas (LP e LIBRAS) no momento de interação. E assim marca a alteridade e coloca em evidencias a identidade dos TILIBRAS.

Na apresentação dos conceitos culturais da pessoa surdas através de Perlin (1998), tentamos aproximá-las da tentativa de entender o processo de identidade desses PROFISSIONAIS. Entretanto, a identidade do TILIBRAS se constitui na organização de poder, de oposição, de colonialismo e assistencialismo. Podemos dizer que “as identidades não são fixas, pronta ou ligada a uma identidade mestra, mas, ao contrario, são incompletas, deslocam-se

constantemente permeadas pelos espaços, discursões, contextos culturais nos quais os ILS transitam” (SANTOS, 2006, p. 33).

A atuação do TILIBRAS está em todos os contextos discursivos, tanto EDUCACIONAL, político e social, quanto nos processos adquiridos de identidade como religião, gênero e cultura, pois fazem parte do universo identitário do TILIBRAS. Sendo assim, muitas vezes o TILIBRAS sem formação adequada, acaba se expondo a uma situação inferior a qual se espera de um profissional que atua numa área linguística de uma língua. Nesse momento o TILIBRAS mexe com a auto-estima afetando o desenvolvimento profissional (SANTOS, 2006). De acordo com Hall (1997, *apud* SANTOS, 2006, p. 36) “as questões culturais interpelam nossas vidas, marcam e afetam a constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como ator social”, como também, segundo Santos (2006) “as questões linguísticas, culturais, sociais e econômicas propiciam aos sujeitos que novas identidades entrem em jogo, refletindo-se também na constituição das identidades dos ILS” (p. 31).

A partir do momento que o TILIBRAS enfrenta o momento de intermediação cultural. Ele procura sempre ocupar um espaço, desempenhando um papel de negociação de espaço, tanto no espaço dos surdos que dependendo de sua identidade for aceita por eles (surdos), como a dos ouvintes que apesar de ser não surdo, mas possui uma identidade híbrida. Assim “isto significa que o intérprete emerge de certas relações políticas de discursos referentes à cultura surda. E na figura cúmplice do intérprete, aceita no povo surdo, existe a reinscrição cultural referencialmente política (PERLIN, 2006, p.144)”.

Neste contexto, a autora Perlin (2006) nos elucida ao expor que os intérpretes “apresentam suas próprias particularidades, identidade e orbitalidade, no ato da interpretação”. (PERLIN, 2006, p. 01). Trazemos uma reflexão: O TILIBRAS tem identidade?

Os TILIBRAS, segundo Santos (2006), transitam nas duas culturas envolvidas, mas não pertence a nenhuma. Esse intermediador cultural tem intimidade com ambas culturas, vive em deslocamento. Apesar de serem ouvintes, o TILIBRAS desenvolve característica diferenciada do seu par. Assim, segundo Santos (2006) os TILIBRAS “são Outros, em que outra identidade emergiu” (p. 36). E assim, dizemos que “as identidades estão em constante deslocamento, elas se cruzam e podem ser contraditórias levando os sujeitos a descobrirem outras identidades não experimentadas” (SANTOS, 2006, p. 37)

A preocupação em formar TILIBRAS surge a partir da participação ativa da comunidade surda onde esta se inserida, pois se os surdos não compõem um grupo com identidade sócio-

cultural-política, o intérprete não se compõe enquanto profissional. Dependendo desse nível de envolvimento, a comunidade surda estará, mais ou menos, envolvida na formação dos intérpretes proporcionando o sucesso ou não dessa prática.

Autores como Fernandes (2003), Ottmar (2003), Luz (2003) e Felipe (2003) elucidam a importância da construção da formação acadêmica dos TILIBRAS, pois estes, segundo Tanya (2003), estão influenciando positivamente ou não na escolarização dos surdos. A formação acadêmica desse profissional é construída por um currículo amplo que tem disciplina propícia para a interpretação. Segundo Fernandes (2003), deve haver cursos profissionalizantes que abracem módulos com disciplinas consistentes para se trabalhar, como também necessita de um ambiente ideal, cooperação com professor; participações pedagógicas e compartilhamentos com os outros intérpretes. Contudo, Ottmarq (2003) questionou os intérpretes em um determinado curso de formação de intérprete, resultando na resposta em que eles prestavam uma grande bondade para os surdos. No questionário apresentado aos surdos, esses reivindicaram a importância da formação desse profissional e remuneração equivalente. Contudo, quando os surdos conseguiram os avanços acadêmicos (do ensino fundamental ao ensino superior) deu-se a participação dos intérpretes para obtê-los (LUZ, 2003).

Finalizando, os surdos são os responsáveis para que aconteça o serviço da interpretação da LIBRAS. É importante, de certo modo, comparamos com os intérpretes de língua oral os TILIBRAS, esses desempenham os mesmos papéis de interpretação só que da LS para a LP e vice-versa. Esses profissionais intermediam os surdos e os ouvintes e as línguas, utilizados com ambos os envolvidos, necessitam de técnicas no serviço de interpretação. No entanto, o desconhecimento destes aspectos profissionais da interpretação de LS para gera um serviço fundamentado na ética e política dos TILIBRAS. E assim, nos estudos surdos existem a predominância da identidade dos TILIBRAS que vive em dois mundos um dos surdos e outro dos ouvintes. E é nesse contexto que o TILIBRAS fica com as identidades em erosão. Tanto por conviver nos dois contextos de mundo, como na intermediação cultural, pois as duas línguas (Língua Portuguesa e LIBRAS) pedem envolvimento culturais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais / Organização: Ricardo Lovatto Blattes . – 2. ed . – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

FELIPE, Tanya A. A função do intérprete na escolarização do surdo. **In: Anais do Congresso Surdez e Escolaridade: Desafios e Reflexões**. Congresso Internacional do INES, 17-19 de setembro de 2003, p. 87-98.

FERNANDES, Eulália. A função do intérprete na escolarização do surdo. **In: Anais do Congresso Surdez e Escolaridade: desafios e reflexões**. Congresso Internacional do INES, 17-19 de setembro de 2003, p. 83-86.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LEI 12.319 DE 1º DE SETEMBRO DE 2010. Regulamentação do profissional tradutor intérprete de LIBRAS. Acesso 09 de novembro de 2012: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm

LUZ, Evanise. A função do intérprete na escolarização do surdo. **In: Anais do Congresso Surdez e Escolaridade: desafios e reflexões**. Congresso Internacional do INES, 17-19 de setembro de 2003, p. 105-107.

PERLIN, Teresinha Gladis. **Histórias de vida surda**: identidades em questão. Dissertação de mestrado do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS/FACED, Porto Alegre: 1998.

_____. A Cultura Surda e os Intérpretes de Língua De Sinais (ILS). **In: Processos Tradutórios, Línguas de Sinais e Educação**. Grupo de Estudos e Subjetividade. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.136-147, jun. 2006 – ISSN: 1676-2592. 136.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

SANTOS, S.A. **Intérpretes de língua brasileira de sinais**: um estudo sobre as identidades. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC. 2006.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis. Editora UFSC. 2008.

TESKE, Ottmar. A função do intérprete na escolarização do surdo. **In: Anais do Congresso Surdez e Escolaridade: desafios e reflexões**. Congresso Internacional do INES, 17-19 de setembro de 2003, p. 99-104.